

Os desafios do processo de adoção de crianças e adolescentes na sociedade brasileira

Na obra “Capitães da Areia”, Jorge Amado narra a vida de um grupo de meninos de rua que vivem em um trapiche abandonado em Salvador, enfrentando a dura realidade da pobreza e da exclusão social. De maneira semelhante, milhares de crianças e adolescentes brasileiras encontram-se em situação de vulnerabilidade, necessitando de um lar para viver. Tal cenário persiste devido à ineficiência operacional do Cadastro Nacional de Adoção e à pouca intervenção do Estado no oferecimento de políticas públicas que possam resgatar esses jovens da marginalização e do desacompanhamento.

Em primeiro plano, vale ressaltar a ineficiência operacional do Cadastro Nacional de Adoção (CNA) quando se trata da continuidade do cenário de vulnerabilidade de crianças e de adolescentes à espera de acolhimento. A fim de contextualizar a influência desse sistema, é válido compará-lo à burocracia do Ministério da Justiça, que, assim como o CNA, sofre com a morosidade nos trâmites e a falta de integração entre suas instâncias, o que dificulta a resolução de problemas sociais. Essa inocuidade, evidenciada pela alusão a um outro órgão federal, acontece em virtude da escassez de investimentos tecnológicos e de pessoal capacitado para agilizar os processos. Consequentemente, milhares de jovens aptos a serem adotados permanecem invisíveis na sociedade, sem que sejam encaminhados a lares adotivos de maneira eficiente.

Ademais, é importante enfatizar a passividade estatal no oferecimento de programas públicos voltados para o resgate de crianças e de adolescentes em situação de fragilidade. Levando tal afirmação em conta, fica evidente a ação comedida feita pelas instâncias federais, validando o que a antropóloga Lilia Schwarcz chama de “política de eufemismos do Brasil”. Logo, o panorama nacional só terá avanços quando o governo parar de negligenciar sua responsabilidade na criação de iniciativas incisivas e tecnológicas de acolhimento. Tal omissão existe porque o Estado é uma instituição gerida inefficientemente, ou seja, os recursos destinados a políticas de assistência social e de integração familiar são muito inferiores do que o necessário. Essa insuficiência é destacada ao analisar que, embora milhares de menores estejam em abrigos aguardando adoção, uma parte significativa delas - 30 mil pessoas, em 2023, segundo o Conselho Nacional de Justiça - continua sem receber o acompanhamento essencial para inserção em famílias adotivas, demonstrando a urgente demanda por medidas mais eficazes.

Portanto, é evidente que cabe ao Ministério da Justiça, como instância responsável pela política de adoção do país, promover a criação de iniciativas públicas que garantam um acompanhamento adequado para crianças e para adolescentes desprotegidos, por meio do fortalecimento estrutural do CNA e da captação desses indivíduos para um posterior acolhimento regularizado - utilizando aplicações tecnológicas de dados como base para tais movimentos. Essa ação visa evitar que esses jovens continuem invisíveis à sociedade, garantindo-lhes o mesmo direito à moradia e à paternidade que todos têm. Talvez, assim, cada vez menos pessoas experienciam o que os personagens de “Capitães da Areia” viveram.